

Senado aprova fim dos manicômios

Projeto, que prevê extinção gradativa dos asilos, passará por nova votação

• BRASÍLIA. O Senado aprovou ontem o substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que estabelece critérios para a internação psiquiátrica. O objetivo é que esse tipo de tratamento se torne gradativamente uma exceção, acabando com os asilos. O projeto, do deputado Paulo Delgado (PT-MG), deverá ser novamente votado no Senado porque não houve acordo sobre dez emendas. A idéia é incluí-lo na convocação extraordinária que começa no dia 4 de janeiro. Depois da aprovação das emendas, o projeto deverá voltar à Câmara.

— Apesar das modificações, a criação desses critérios fará com que seja possível começar a desmontar o regime de internação fechada, acabando com os manicômios — disse o deputado.

O projeto prevê que a internação psiquiátrica passe a ser considerada um último recurso no tratamento da doença mental. Um dos itens em torno dos quais não houve acordo foi o que trata das condições necessárias para a readaptação dos pacientes psiquiátricos que permanecerem internados por um longo período. Delgado e representantes de entidades ligadas ao setor de saúde mental discordaram do texto. Em seu substitutivo, o senador Sebastião Rocha estabeleceu que, para conceder alta ao doente

mental, será precisa a supervisão do Ministério Público. Impõe ainda outras condições, como a de que a saída do hospital não significará o abandono material ou afetivo do doente.

— Garantir condições materiais e afetivas não é política de saúde mental. É uma questão assistencial — disse Delgado.

O substitutivo aprovado ontem obriga o Governo a destinar recursos para terapias alternativas destinadas aos doentes mentais, estabelecendo critérios para a implantação de novos hospitais psiquiátricos e abertura de novos leitos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Também assegura os direitos dos doentes mentais. Nos atendimentos de qualquer natureza, os médicos e hospitais são obrigados a informar ao paciente ou aos seus familiares sobre a doença e o tratamento.

O Estado passa a ser responsável pelo desenvolvimento de uma política de saúde mental. Isso inclui ações de promoção da saúde e assistência aos portadores de distúrbios psíquicos.

— O projeto está longe do ideal, mas ainda poderá ser aperfeiçoado na votação das emendas — disse o senador Sebastião Rocha, apontando entre as falhas o fato de o texto não prever penas para quem praticar atos lesivos à integridade dos doentes. ■